**Tribunal Regional do Trabalho da 2ª
Região**

Boletim de Jurisprudência

Secretaria de Gestão da Informação, Projetos e Normas Institucional
Coordenadoria de Gestão Normativa e Jurisprudencial
Seção de Editoração e Divulgação de Publicações Técnicas

39/2016

As ementas contidas neste boletim se constituem em publicação oficial deste Tribunal. O inteiro teor dos acórdãos, oferecido através de "links" de acesso rápido, julgados nas Turmas a partir de 22 de fevereiro e publicados a partir de 1º de março está disponível na página do Tribunal, na internet, com validade legal para todos os efeitos. Consulte o [Provimento GP nº 03/2010](#).

AÇÃO

Diversas espécies

Ação de consignação em pagamento. Verbas rescisórias. Empregadora que depositou, por ordem de pagamento em instituição bancária, as verbas rescisórias de empregada dispensada por justa causa, mas não a notificou para resgatar a importância. Recusa injustificada do credor não comprovada. Improcedência da ação. (TRT/SP - 00028127220145020089 - RO - Ac. 6ªT [20160345337](#) - Rel. Rafael Edson Pugliese Ribeiro - DOE 06/06/2016)

CARTEIRA DE TRABALHO

Omissão

Anotação em CTPS. Multa indevida. A despeito da faculdade prevista no artigo 461, da CLT, não há se falar em multa pelo descumprimento da determinação de anotação da CTPS, na medida em que há previsão expressa no artigo 39, § 1º, do Diploma Consolidado, quanto ao procedimento a ser adotado na hipótese de ser constatada a falta anotações na CTPS, razão pela qual não se justifica a adoção das normas processuais comuns que prevêm a aplicação de multa diária por descumprimento de obrigação de fazer, ante o que dispõe o artigo 769 da CLT. (TRT/SP - 00009256820155020202 - RO - Ac. 7ªT [20160485163](#) - Rel. Doris Ribeiro Torres Prina - DOE 15/07/2016)

CONCILIAÇÃO

Comissões de conciliação prévia

Arbitragem privada. Os direitos trabalhistas não se inserem naqueles de âmbito puramente patrimonial. Em face da sua natureza alimentar, são pessoais e indisponíveis. Daí, os litígios que a eles se vinculam não podem ser abstraídos do controle jurisdicional, pelo que descabida a sua solução por meio da arbitragem privada prevista na Lei 9.307/96. (TRT/SP - 00012571320145020059 - RO - Ac. 5ªT [20160583980](#) - Rel. José Ruffolo - DOE 19/08/2016)

COOPERATIVA

Trabalho (de)

Sociedade cooperativa. Fraude a direitos trabalhistas. A *affectio societatis* é elemento característico das legítimas cooperativas, vez que é o elo que reúne pessoas vocacionadas a atividades profissionais idênticas ou de grande similitude, a teor do art. 3º da Lei 5.764/71, que não foi revogado pelo art. 1º da Lei 12.690/2012. Assim, não verificada a existência deste elemento aglutinador, não se revela legítima a sociedade cooperativa, mormente quando se considera o intuito de fraude aos direitos trabalhistas. (TRT/SP - 00019096020135020028 - RO - Ac. 8ªT [20160311696](#) - Rel. Adalberto Martins - DOE 25/05/2016)

DANO MORAL E MATERIAL

Indenização por dano moral em geral

Dano moral. Atraso na quitação das rescisórias. Não configurado. A indenização por danos morais é devida quando o empregador pratica ato capaz de afetar a honra e a imagem do empregado perante a sociedade e a família, sendo o ressarcimento meio de minimizar a dor moral sofrida e imprimir efeito pedagógico ao ilícito praticado, a fim de evitar reincidência. Não obstante o caráter tutelar da legislação trabalhista, bem como as dificuldades e os dissabores que o seu desrespeito acarreta ao trabalhador, não há como conceder tal indenização diante da mora na quitação das rescisórias, irregularidade suscetível de reparação própria em âmbito judicial, como a condenação no pagamento de juros, correção monetária e aplicação das multas previstas nos arts. 467 e 477, parágrafo 8º, da CLT. Conduta que busca evitar a banalização do instituto da reparação civil em decorrência de dano moral. (TRT/SP - 00029254720145020373 - RO - Ac. 5ªT [20160583963](#) - Rel. José Ruffolo - DOE 19/08/2016)

Dano moral. Furto ao armário do obreiro. Indevido. Conquanto a empregadora tenha a obrigação de garantir a segurança do patrimônio de seus empregados dentro de seu estabelecimento comercial, não se pode perder de vista que a indenização por dano moral exige que os fatos imputados ao empregado atinjam sua honra ou sua intimidade, de forma a macular sua imagem, cuja prova deve ser sobejamente demonstrada pela parte, aplicando-se a regra dos arts. 818, consolidado e 373, I do CPC/2015. No caso vertente, não provou o demandante tivesse suportado, sofrido grave abalo em sua reputação ou seqüela moral, por ato perpetrado pelo empregador, tampouco nexos causal, de forma a ensejar reparação. Ao lado desse panorama, o preposto declarou não ter conhecimento do furto ao armário do reclamante e a única testemunha ouvida foi absolutamente omissa quanto à eventual ciência da reclamada sobre os fatos relatados pelo obreiro para que pudesse se cogitar de eventual omissão ou culpa da empregadora. Apelo obreiro não provido no particular. (TRT/SP - 00030861320135020011 - RO - Ac. 18ªT [20160567160](#) - Rel. Lilian Gonçalves - DOE 09/08/2016)

Uso indevido da imagem. Indenização. O uso da imagem não se insere nas atividades normais do trabalhador. A utilização da imagem do empregado só deve ocorrer se autorizada a divulgação. Hipótese em que o empregado confessa a autorização para a divulgação da fotografia. Indenização indevida. Recurso da autora a que se nega provimento. (PJe-JT TRT/SP [10000816020155020442](#) - 11ªTurma - RO - Rel. Eduardo de Azevedo Silva - DEJT 01/06/2016)

DESPEDIMENTO INDIRETO

Circunstâncias. Avaliação

Rescisão indireta do contrato de trabalho por descumprimento contratual (art. 483, "d", da CLT) não configurada pela inexistência de prova cabal de ato faltoso praticado pela empregadora. O reconhecimento da rescisão indireta do contrato de trabalho, com base no disposto no art. 483 da CLT, depende de prova cabal do cometimento de qualquer das faltas graves discriminadas nas suas alíneas pelo empregador, bem como seja o ato faltoso de tal intensidade a tornar insustentável a manutenção do liame empregatício, o que não se verifica na análise do caso

posto sub judice. Recurso ordinário do reclamante a que se nega provimento no aspecto. (PJe TRT/SP [10006919420155020614](#) - 5ªTurma - RO - Rel. Maria da Conceição Batista - DEJT 13/09/2016)

DIRETOR DE S/A

Efeitos

Vínculo empregatício. Diretor empregado. A peça chave para a caracterização do vínculo empregatício no caso do diretor recrutado externamente é a existência ou não de subordinação jurídica entre o diretor e a empresa, o que se extrai da súmula 269 do TST. No caso concreto, ficou comprovada a fraude na contratação do autor como diretor financeiro estatutário e demonstrados os demais requisitos da relação de emprego. Sentença mantida no ponto. (TRT/SP - 00026852020135020203 - RO - Ac. 3ªT [20160220194](#) - Rel. Kyong Mi Lee - DOE 20/04/2016)

DOCUMENTOS

Valor probante

Reajuste normativo. Diferenças salariais. As reclamadas comprovaram documentalmente a tese defensiva no sentido de que houve o pagamento das diferenças salariais devidas, mediante termo rescisório complementar, nos termos da "Ressalva Geral" efetuada pelo sindicato. Assim, incumbia ao reclamante impugnar de forma específica os documentos ou apontar as diferenças que entendia devidas, ônus do qual não se desincumbiu. Recurso ordinário a que dá provimento no particular. (TRT/SP - 00028031520145020056 - RO - Ac. 3ªT [20160637036](#) - Rel. Margoth Giacomazzi Martins - DOE 31/08/2016)

ESTABILIDADE OU GARANTIA DE EMPREGO

Provisória. Gestante

Estabilidade de gestante. Ciência do empregador apenas após o parto. Boa-fé patronal. Indenização indevida. No caso em tela, indubitável que a concepção ocorreu no curso do contrato de trabalho, e nem a reclamante, nem o empregador poderiam ter conhecimento da gestação, por demasiadamente incipiente, presumindo-se a boa-fé patronal, que teve conhecimento da gravidez apenas através do ajuizamento da primeira ação, nove meses após o desligamento da empregada, e onze dias após o parto, o que demonstra que o objetivo da reclamante não era o retorno ao trabalho, mas apenas a indenização do período estável sem o respectivo labor, pretensão esta que carece de amparo legal, sobretudo porque implica deliberado enriquecimento sem causa. Não bastasse, a reintegração foi inviabilizada por culpa exclusiva da reclamante, que distribuiu três demandas anteriores a esta e permitiu que as duas primeiras fossem arquivadas, em razão da sua ausência à audiência inaugural, e a terceira extinta sem resolução do mérito pela sua inércia no fornecimento do endereço da ré. Apelo da autora improvido. (TRT/SP - 00005450720155020441 - RO - Ac. 3ªT [20160636927](#) - Rel. Mylene Pereira Ramos - DOE 31/08/2016)

EXECUÇÃO

Arrematação

Execução. Arrematação por preço vil não configurada. O preço vil não constitui elemento ensejador da anulação da arrematação, na medida em que o Diploma

Consolidado não fixa parâmetros para sua aceitação, a autorizar a conclusão de que apenas ao juiz da execução, usando de seu prudente arbítrio, é dado analisar a razoabilidade do valor ofertado, aquilatando se o preço obtido é ou não vil, e não à agravante, que não se valeu da remição facultada em lei para salvaguardar seu patrimônio. A arrematação, sem sombra de dúvida, reflete o valor de mercado, a desvalorização ocorrida no lapso entre a penhora e a hasta pública, e ainda, o estado de conservação do bem penhorado, além de outras circunstâncias inerentes ao bem, sendo inadmissível que, deixando de pagar o débito, pretenda a agravante impor sua conveniência na valoração dos bens alienados. (TRT/SP - 00020443620145020061 - AP - Ac. 7ªT [20160486828](#) - Rel. Doris Ribeiro Torres Prina - DOE 15/07/2016)

Bens do cônjuge

Execução. Pesquisa de bens. Cônjuge do executado. Impossibilidade. O objeto da execução é o patrimônio dos devedores, de modo que as diligências que possibilitem a execução do julgado devem se limitar a pesquisar bens em nome deles. Hipótese em que não há fundamento para que a execução avance sobre bens de terceiro estranho à lide. CPC, 779. Agravo de petição a que se nega provimento. (TRT/SP - 01321005620095020022 - AP - Ac. 11ªT [20160340637](#) - Rel. Eduardo de Azevedo Silva - DOE 02/06/2016)

Penhora. Impenhorabilidade

Impenhorabilidade. Bens necessários ou úteis ao exercício da profissão do executado. Pessoa jurídica. Inaplicabilidade. A impenhorabilidade prevista no artigo 833, V, do CPC é inaplicável a pessoas jurídicas, pois a lei contempla apenas os bens úteis ou necessários ao exercício de profissão (ofício inerente à pessoa física), o que não se confunde com a atividade econômica empreendida por empresa. (TRT/SP - 00015023020125020015 - AP - Ac. 16ªT [20160711694](#) - Rel. REGINA DUARTE - DOE 21/09/2016)

Penhora. Ordem de preferência

Agravo de petição. Art. 835 do CPC/2015. Observância da ordem de preferência. Na hipótese, a reclamada não observa a ordem preferencial estabelecida no art. 835 do CPC/2015. A mera notícia de que sofre processo de despejo em seu estabelecimento comercial não é suficiente para a observância da ordem de preferência dos bens que pretende nomear. Acrescente-se, ainda, que não há comprovação da origem de tais bens, nem sequer de sua propriedade. Não foi tampouco providenciado o laudo por avaliador oficial, como bem consignou o MM. Juízo a quo, de forma a demonstrar o valor dado em garantia. Agravo de petição da executada a que se nega provimento. (TRT/SP - 00000123220165020435 - AP - Ac. 3ªT [20160636390](#) - Rel. Luciana Carla Corrêa Bertocco - DOE 31/08/2016)

GRATIFICAÇÃO

Habitualidade

Recurso ordinário. Destituição de função gratificada. Limites. Dessa forma, o empregado que exerce função de confiança por mais de dez anos, não pode ter o padrão salarial afetado pelo direito do empregador de destituí-lo do cargo, sob pena de violação do princípio da estabilidade econômica. Neste sentido o entendimento consubstanciado na Sumula 372-I do C. TST. Frisa-se que tais

regras não podem ser afastadas por norma interna do empregador, porquanto não podem prevalecer sobre aquelas de proteção ao trabalho (artigos 9º e 444 da CLT). Eventuais disposições dos normativos internos em sentido contrário são ilegais. (PJe-JT TRT/SP [10001281220155020320](#) - 12ªTurma - RO - Rel. Marcelo Freire Gonçalves - DEJT 10/06/2016)

HORAS EXTRAS

Trabalho externo

Instalador de TV por assinatura. Atividade externa. Horas extras indevidas. A condição de laborar externamente, na forma do art. 62, I, da CLT, está prevista no contrato de trabalho, reiterada na ficha de registro e na CTPS, e decorre da própria função de instalador de TV por assinatura, não se inferindo da prova oral produzida que a ré fiscalizasse sua rotina de trabalho. Apelo improvido. (TRT/SP - 00001057520155020064 - RO - Ac. 3ªT [20160636692](#) - Rel. Mylene Pereira Ramos - DOE 31/08/2016)

O intervalo intrajornada não era fiscalizado, não havendo prova da redução alegada. A bem da verdade, laborando externamente, longe do controle da empresa, entende-se que a regularidade do repouso depende da administração do tempo pelo próprio trabalhador, presumindo-se, assim, a pausa de uma hora. Prova em sentido diverso incumbia ao autor, ônus do qual não se desvencilhou. Recurso do réu a que se dá provimento, no ponto. (PJe TRT/SP [10001221620155020381](#) - 17ªTurma - RO - Rel. Moisés dos Santos Heitor - DEJT 14/10/2016)

INSALUBRIDADE OU PERICULOSIDADE (EM GERAL)

Eliminação ou redução

Adicional de insalubridade. Exposição a agentes químicos. Quanto à exposição a agentes químicos agressivos, o Perito constatou que, durante o processo de usinagem, há contato dermal com as impurezas de óleo mineral parafínico, dinonil difelamina, parafina clorada e enxofre. Entretanto, as fichas de entrega atestam o fornecimento regular de creme de proteção e luvas de PVC, estas no intervalo de 3 a 7 dias. Além disso, durante a vistoria, os empregados da ré que acompanharam a diligência (2 técnicos de segurança do trabalho, 1 encarregado de produção e 2 operadores de máquina) confirmaram ao Perito que o reclamante recebia regularmente os EPI. Em consequência, não há falar em percepção de adicional de insalubridade em razão da exposição do reclamante a agentes químicos. Recurso ordinário a que se dá provimento parcial (TRT/SP - 00012002620135020351 - RO - Ac. 3ªT [20160642803](#) - Rel. Margoth Giacomazzi Martins - DOE 31/08/2016)

JORNADA

Sobreaviso. Regime (de)

Horas de sobreaviso. Somente é remunerado o sobreaviso quando impõe restrições a locomoção do empregado. O pagamento visa remunerar parte do período em que o mesmo não pode se ausentar do local combinado com o empregador, permanecendo a sua disposição se necessário fosse, conforme preconiza a inteligência jurisprudencial cristalizada na Súmula 428 do C. TST. Recurso a que se nega provimento. (TRT/SP - 00006928420145020015 - RO - Ac. 2ªT [20160762981](#) - Rel. Beatriz Helena Miguel Jiacomini - DOE 05/10/2016)

JUSTA CAUSA

Abandono

Justa causa. Abandono de emprego. Negativa de retorno ao labor depois da alta médica. Efeitos. Súmula 32 do TST. A recusa injustificada do trabalhador em reassumir o posto de trabalho na empresa, depois do longo afastamento por auxílio doença comum, notificado regularmente a reassumir a sua colocação, inclusive em função compatível com a orientação médica dos autos, converge para a manutenção do abandono de emprego. A simples alegação de desenvolvimento de doença ocupacional, sem a devida prova técnica em auxílio à tese inicial, é insuficiente a ensejar a manutenção do pacto laboral, rompido pela inequívoca conduta do empregado em resposta aos insistentes pedidos da empregadora, nos termos inclusive da matéria sumulada pelo C. TST (Súmula 32). Recurso ordinário obreiro improvido, improcedência de origem mantida. (TRT/SP - 00007469320155020442 - RO - Ac. 5ªT [20160338519](#) - Rel. Mauro Schiavi - DOE 31/05/2016)

MÃO-DE-OBRA

Locação (de) e Subempreitada

Recurso ordinário. Contrato de facção. Inexistência de terceirização e de responsabilidade subsidiária. O contrato de facção, pelo qual a empresa adquire produtos necessários à exploração de seu objetivo social, observando-se critérios estabelecidos contratualmente, não se confunde com a terceirização, em que se busca a redução dos custos da atividade produtiva, por meio de fornecimento de força de trabalho pelo prestador dos serviços ao tomador. Inexistindo a interveniência das figuras do prestador e do tomador dos serviços, e sim de comprador e fornecedor, inaplicável em tais situações o disposto na Súmula 331, do C. TST, e por conseguinte, descabida a responsabilidade, solidária ou subsidiária, pelos haveres trabalhistas da fornecedora. Recurso conhecido e provido. (PJe TRT/SP [10032261620135020242](#) - 5ªTurma - RO - Rel. Maria da Conceição Batista - DEJT 13/09/2016)

MARÍTIMO

Normas vigentes

1.Trabalhador contratado no brasil para prestação de serviços em navio de bandeira estrangeira. Aplicação da legislação brasileira. As relações empregatícias marítimas submetem-se, em regra, à lei do pavilhão ou seja, aquela do país em que o navio é registrado. Entretanto, cuidando a hipótese de trabalhador brasileiro, contratado no Brasil, para laborar em embarcação estrangeira, para prestação de serviços em vários países, aplicável o princípio do centro de gravidade, também denominado *most significant relationship*, que atrai a aplicação da legislação brasileira, posto que mais benéfica ao empregado, em observância ao disposto na Lei nº 7064/82. 2. Jornada extenuante. Ausência de lazer. Indenização por dano moral devida. A submissão do trabalhador a jornada extenuante de trabalho, permanecendo 7 dias de labor consecutivo à disposição do empregador, sem direito ao descanso e lazer, garantidos constitucionalmente, viola os princípios da dignidade humana e valorização do trabalho, na medida em que minam condições essenciais para a manutenção do equilíbrio físico e mental do trabalhador, acarretando, desconforto e sofrimento, ensejando o dever de reparação do dano

acarretado, com supedâneo nos artigos 1º e 5º, X, da Carta Magna. (TRT/SP - 00010757020135020444 - RO - Ac. 4ªT [20160360174](#) - Rel. Paulo Sérgio Jakutis - DOE 10/06/2016)

MENOR

Aprendizado metódico

Condomínio residencial e contratação de aprendiz. É certo que o Decreto nº 5.598/05, que regulamenta a contratação de aprendizes, excepciona apenas as microempresas, as empresas de pequeno porte e as entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a educação profissional. Entretanto, também define estabelecimento como todo complexo de bens organizado para o exercício de atividade econômica ou social do empregador, que se submeta ao regime da CLT. O condomínio residencial que além de estar no mesmo nível sócio econômico que microempresas, não tem qualquer finalidade de exploração econômica e tão pouco se destina a sociedade, o que já o exclui de cumprir o disposto no artigo 429 da CLT, pois não se enquadra na definição de estabelecimento. E, as atividades profissionais exercidas em um condomínio tais como tais como portaria, jardinagem e limpeza, não dependem de conhecimento teórico e progressivo, a propiciar uma evolução dos menores para a colocação no mercado de trabalho. Por tais razões condomínio residencial não está obrigado a contratar menores aprendizes. Recurso ordinário do autor a que se dá provimento. (TRT/SP - 00033664820135020022 - RO - Ac. 1ªT [20160463313](#) - Rel. Maria José Bighetti Ordoño Rebello - DOE 07/07/2016)

MULTA

Administrativa

FGTS. Multa prevista no art. 22 da lei 8.036/90. A multa prevista no artigo 22 da Lei nº 8.036/90, por irregularidade nos depósitos do FGTS, constitui sanção administrativa e não reverte em favor do empregado, mas sim, do órgão gestor do Fundo de Garantia. Recurso do reclamante a que se nega provimento, no aspecto. (TRT/SP - 00005671820135020447 - RO - Ac. 13ªT [20160679049](#) - Rel. Paulo José Ribeiro Mota - DOE 09/09/2016)

NORMA COLETIVA (EM GERAL)

Convenção ou acordo coletivo

Vale-refeição. Norma coletiva. Refeitório próprio. É indevido o pagamento de vale-refeição ao empregado quando a norma coletiva da categoria desobriga o empregador quando ele possuir refeitório próprio. Pelo não provimento do apelo. (PJe-JT TRT/SP [10015339520155020607](#) - 3ªTurma - RO - Rel. Mércia Tomazinho - DEJT 30/05/2016)

NORMA JURÍDICA

Interpretação

Validade da alteração contratual. Reversão de cargo. Técnico e auxiliar de enfermagem. Inobservância das exigências legais. A Lei nº 7.498/1986 estabelece em seu art. 7º que, para o exercício do cargo de técnico de enfermagem, é necessário ser "titular do diploma ou do certificado de Técnico de Enfermagem,

expedido de acordo com a legislação e registrado pelo órgão competente". Uma vez não atendidas as exigências legais, é válida a reversão do reclamante para o cargo de auxiliar de enfermagem, bem como a respectiva redução salarial. Apelo da ré provido no ponto. (TRT/SP - 00022609420145020061 - RO - Ac. 3ªT [20160220089](#) - Rel. Kyong Mi Lee - DOE 20/04/2016)

PORTUÁRIO

Avulso

Trabalhador portuário avulso. Aposentadoria. Cancelamento de registro junto ao OGMO. Afronta aos princípios da livre iniciativa e dos valores sociais do trabalho. A partir do posicionamento adotado pelo Supremo Tribunal Federal, no sentido de que a aposentadoria espontânea não acarreta a extinção do contrato do contrato de trabalho, emerge inquestionável que a recusa ao restabelecimento de inscrição no cadastro como avulso apenas pelo fato de o demandante ter se aposentado por tempo de contribuição, incorre em grave violação aos princípios da livre iniciativa e dos valores sociais do trabalho (art. 1º, IV, da CF), além da liberdade ao exercício de qualquer ofício ou profissão lícita (art. 5º, XIII, da CF), mormente porque a Lei 12.815/2013 - que revogou a Lei 8.630/93 - não estabelece a aposentadoria como causa de extinção da inscrição no cadastro e o registro do trabalhador portuário. Apelo patronal não provido. (TRT/SP - 00016199020155020443 - RO - Ac. 18ªT [20160567089](#) - Rel. Lilian Gonçalves - DOE 09/08/2016)

PROVA

Justa causa

Dispensa. A dispensa por justa causa constitui a maior penalidade no âmbito das relações do trabalho. Por esta razão, o ordenamento jurídico dispõe sobre o atendimento a diversos requisitos para sua configuração, quais sejam: tipicidade da conduta faltosa, gravidade do ato, dolo ou culpa, nexo de causalidade, reação imediata, singularidade da punição e proporcionalidade entre a falta e a pena. A prova, ademais, deve ser clara e robusta. Se o reclamante confessa a adulteração do atestado médico com data diversa, com o intuito de justificar a falta praticada ato de inegável gravidade, não compatível com o princípio da boa-fé. Fica evidente a quebra de fé entre as partes e, assim, de elemento basilar da relação de emprego. (PJe TRT/SP [10008357720155020708](#) - 16ªTurma - RO - Rel. Regina Aparecida Duarte - DEJT 04/10/2016)

PROCESSO

Princípios (do)

Recurso ordinário. Princípio da dialeticidade. Ainda que no processo do trabalho se adote o princípio da simplicidade dos atos processuais e que possa o recurso ser interposto por mera petição, não se admite peça sem fundamentação lógica. É que vige, em matéria recursal, o princípio da dialeticidade, à semelhança do que se dá em primeiro grau. Assim, a parte tem o dever de expor ao Tribunal as razões de fato e de direito pelas quais entende que a decisão a quo deve ser modificada. Entendimento contrário vulneraria os direitos da ampla defesa e do contraditório garantidos à parte recorrida, porquanto não delimitada a insurgência recursal. Incumbe à parte recorrente manifestar-se de forma precisa contra os fundamentos que nortearam o r. julgado, em atendimento ao princípio da dialeticidade, de forma que caso não atendido tal requisito legal, torna-se inviável o conhecimento do

apelo. (TRT/SP - 00006783920155020024 - RO - Ac. 12ªT [20160353216](#) - Rel. Marcelo Freire Gonçalves - DOE 10/06/2016)

PROVA

Horas extras

Horas extras. Valoração dos depoimentos de audiência. Fixação de jornada para os fins de cálculo e liquidação. Imprecisões naturais às recordações dos seres humanos. A testemunha não é cartão de ponto, nem a memória humana tem condições, como regra, de precisar variações de minutos, ocorridas em vários anos de trabalho. Assim, é da natureza da prova testemunhal, que o horário de trabalho seja apresentado em juízo através de aproximações, não estando o julgador obrigado a optar por um dos depoimentos, como sendo o único verdadeiro, nem a realizar uma média matemática entre os depoimentos, para eleger o horário correto de trabalho, quando presentes variações de horário, entre os depoimentos colhidos nos autos. Como as condenações, entretanto, precisam ser liquidadas, a sentença deve apresentar um horário de trabalho -- que, no mais das vezes, quando alicerçado apenas na prova testemunhal, será também uma aproximação do que ocorria na realidade -- podendo indicar, o julgador, qual a jornada que era feita pelo trabalhador a partir de uma somatória dos depoimentos prestados com a máximas de experiências relacionadas à prática de certas profissões ou atividades. No caso dos autos, em que pese a origem ter fixado horário de trabalho que não está exatamente indicado por nenhum depoimento colhido em audiência, parece adequado concluir que, considerando os anos de trabalho do autor, a jornada descrita na sentença é uma aproximação muito boa -- e ponderada -- dos fatos que foram apresentados pelas testemunhas ao julgador. Destarte, correta a interpretação dos fatos realizada pela sentença, merecendo ser mantido o horário de trabalho fixado da decisão recorrida. (TRT/SP - 00004455220155020053 - RO - Ac. 4ªT [20160360298](#) - Rel. Paulo Sérgio Jakutis - DOE 10/06/2016)

Ônus da prova

Atestado de afastamento e salários previsto em convenção coletiva. Ônus da prova quanto ao requerimento de sua entrega. Princípio da aptidão da prova. O princípio da aptidão da prova, no contexto da carga dinâmica do ônus da prova, distribui o ônus probatório de acordo com as possibilidades das partes quanto à sua produção. Assim, o ônus incumbe ao litigante que reúne as melhores condições de produzir a prova. Não se insere no contexto cotidiano das relações trabalhistas a prática de protocolo, pelo empregado, de requerimentos perante o empregador, dentre eles o de entrega de atestado de afastamento e salários previsto em norma coletiva. O empregador reúne melhores condições de comprovar se o empregador solicitou o documento profissional estipulado normativamente ou o dispensou, portanto sobre ele recai o ônus probatório. (TRT/SP - 00029222220135020052 - RO - Ac. 6ªT [20160345272](#) - Rel. Rafael Edson Pugliese Ribeiro - DOE 06/06/2016)

RELAÇÃO DE EMPREGO

Cooperativa

Vínculo empregatício. Cooperado formalmente associado à prestadora de serviços em área-fim da empresa hospitalar tomadora. Superação da formalização contratual pela realidade subjacente calcada nos requisitos consolidados para o

liame subordinado como plasmados nos autos. Efeitos. Repercussões. Demonstrados os pressupostos ensejadores da relação de emprego subordinada, na forma dos arts. 2º e 3º da CLT, pelo conjunto da prova produzida nos autos, a mera formalização contratual do trabalhador como associado à cooperativa prestadora de serviços na área-fim das reclamadas (empresa na área de saúde e um hospital do mesmo grupo econômico), como motorista de ambulância na remoção hospitalar de pacientes e clientes, não supera a realidade fática da subordinação às tomadoras, além da pessoalidade e pagamento de salários, restando configurada a relação de emprego entre as partes, com toda a repercussão jurídica, legal e dos títulos típicos do contrato de trabalho, considerada a dispensa imotivada. Condenação de origem mantida, à exceção da multa do art. 477 da CLT, nos moldes da Tese Jurídica Prevalente nº 2 deste E. 2º Regional, adotada pelo colegiado. Acolhido parcialmente o apelo ordinário da 2ª ré. (TRT/SP - 00013804720135020026 - RO - Ac. 5ªT [20160338390](#) - Rel. Mauro Schiavi - DOE 31/05/2016)

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA/SUBSIDIÁRIA

Terceirização. Ente público

A responsabilidade subsidiária da Administração Pública abrange direitos normativos da categoria profissional, bem como multas (inclusive a rescisória) e outras cominações devidas por omissão do real empregador, porquanto tais verbas agregam o patrimônio jurídico do empregado, sendo facultada a oportuna compensação pela Fazenda em regresso, o que deverá ser discutido em ação própria, perante a Autoridade judiciária competente. (TRT/SP - 00006996620135020062 - RO - Ac. 17ªT [20160765450](#) - Rel. Moisés dos Santos Heitor - DOE 05/10/2016)

Convênio firmado entre município e organização não governamental. Não se confundem convênio firmado entre município e entidade privada sem fins lucrativos, visando interesses comuns com contrato de prestação de serviços, situação onde restaria caracterizada a condição de tomador de serviços por parte do município e que autorizaria o reconhecimento de sua responsabilidade subsidiária. (PJe-JT TRT/SP [10014272120155020612](#) - 3ªTurma - RO - Rel. Mércia Tomazinho - DEJT 30/05/2016)

SALÁRIO (EM GERAL)

Desconto salarial

Desconto de mensalidade parcela empregado. Diante da afirmação da ré de que durante o afastamento previdenciário suportou o pagamento da parcela devida pelo autor do plano médico, cabia a ela trazer aos autos os comprovantes destes pagamentos, a fim de legitimar os descontos que realizou no TRCT. E, não tendo satisfeito este encargo, impõe-se a devolução do valor descontado sem comprovação de origem. (TRT/SP - 00019476120135020064 - RO - Ac. 8ªT [20160347836](#) - Rel. Adalberto Martins - DOE 06/06/2016)

SALÁRIO-UTILIDADE

Transporte

Salário utilidade. Veículo. Incorporação. O veículo fornecido pelo empregador ao empregado, quando indispensável para a realização do trabalho, não tem natureza salarial, ainda que seja utilizado em atividades particulares, sendo indevida a incorporação ao salário. Nesse sentido a Súmula 367, item II do C. TST. Recurso

Ordinário a que se nega provimento. (TRT/SP - 00010577820145020035 - RO - Ac. 3ªT [20160706860](#) - Rel. Luciana Carla Corrêa Bertocco - DOE 20/09/2016)

SERVIDOR PÚBLICO (EM GERAL)

Despedimento

Motivação do ato administrativo de rescisão do contrato de trabalho. Sociedade de economia mista. Empregado admitido sem concurso em período anterior à Constituição Federal de 1988. Inexigência. A ré é sociedade de economia mista, e, de acordo com a Orientação Jurisprudencial 247 da SDI-1 do C. TST, seus empregados podem ser dispensados sem qualquer motivação do ato. Ademais, há que se notar que o Termo de Rescisão indica que o ato teve por fundamento o Termo de Ajustamento de Conduta firmado perante o Ministério Público do Estado de São Paulo, nos autos do Inquérito Civil PJPP-CAP 813/2005, onde o i. 'Parquet' considerou irregular a manutenção pela ré de empregados aposentados, exigindo a renovação dos quadros da companhia, com o desligamento escalonado de 2.200 funcionários jubilados, visando a geração de novos empregos e maior eficiência e melhoria nos serviços prestados à população. O reclamante incluía-se dentre os empregados aposentados, e, por isso, deveria ser atingido pelos efeitos daquele Termo. O fato de o TAC não ter sido cumprido dentro do prazo previsto não retira seu valor, nem impede seu cumprimento. O que daí resulta apenas é possível penalidade para a ré. Relembre-se que título executivo não tem prazo de validade. Ou seja, além de a motivação ser desnecessária, na hipótese em análise, a concedida era válida. Por isso, a dispensa do reclamante não pode ser reputada nula. Recurso a que se nega provimento. (TRT/SP - 00018172320155020025 - RO - Ac. 2ªT [20160762914](#) - Rel. Beatriz Helena Miguel Jacomini - DOE 05/10/2016)

Quadro de carreira

Companhia paulista de trens metropolitanos. Plano de cargos e salários de 1996. Progressão salarial por mérito. Discricionariedade. O PCS erigido pelo recorrente como supedâneo para o pedido formulado não prescreve o direito às progressões vindicadas. A citada norma interna vincula o direito a um requisito que revela sua discricionariedade. Assim, as progressões vindicadas não decorrem do simples decurso de tempo, mas dependem da efetivação do requisito "desempenho diferenciado". Recurso do reclamante a que se nega provimento. (TRT/SP - 00020454520155020074 - RO - Ac. 13ªT [20160679197](#) - Rel. Paulo José Ribeiro Mota - DOE 09/09/2016)

SINDICATO OU FEDERAÇÃO

Filiação

Sindicato e associado desempregado. Obrigação de manutenção de assistência médica. O desempregado que era filiado ao sindicato, preserva todos os seus direitos de associado, posto que o trabalhador só perderá o seu enquadramento em sua categoria profissional, quando iniciar labor atinente a outra categoria profissional, não sendo a hipótese dos autos. Inteligência do art. 540 da CLT. Recurso ordinário do Sindicato réu a que se nega provimento. (TRT/SP - 00017714720155020053 - RO - Ac. 1ªT [20160463550](#) - Rel. Maria José Bighetti Ordoño Rebello - DOE 07/07/2016)